

Luís Miguel Duarte*

Armindo de Sousa O que passa e o que fica¹

R E S U M O

Uma breve evocação do medievalista Armindo de Sousa, focando os factos principais do seu trajecto académico e profissional e recordando os temas e características marcantes da sua obra.

Fui convidado pelos responsáveis pela revista “Estudos Medievais” a esboçar uma evocação de Armindo de Sousa, falecido no dia 25 de Outubro de 1998. Aceitei o convite com dupla relutância: porque me é extremamente doloroso escrever estas linhas, e porque o ser eu a fazê-lo poderia sugerir uma proximidade privilegiada com o meu professor e amigo, proximidade que nunca reivindiquei e que muito menos reivindico agora. Pelo menos uma dúzia de outras pessoas, da Faculdade de Letras ou de fora dela, estão tão ou mais habilitadas do que eu a falar de Armindo de Sousa com igual ou maior conhecimento humano, profissional e científico. Tendo sido aluno dele em duas cadeiras e *assistente* durante quase vinte anos, porque foi assim que sempre me vi e me senti e, se não erro, assim me sentirei até ao fim da minha carreira, tenho também, naturalmente, as minhas histórias para contar. Começarei por recordar os aspectos que ele entendeu essenciais do seu *curriculum vitae*, usando o documento que apresentou nas suas provas de agregação, com data de Junho de 1996, ao qual acrescentei os dados em falta de então para cá. Depois disso, farei um breve comentário do seu perfil e do seu legado científico e docente, misturando o que eu penso, o que ele dizia que pensava e, eventualmente, o que eu julgo que ele não dizia mas pensava.

O CURRICULUM DE UMA VIDA

Armindo de Sousa nasceu na freguesia de Lustosa, no concelho de Lousada, no dia 2 de Junho de 1941, filho de Bernardino Alves de Sousa e de Ana de Sousa. Chamava-se só assim, nome próprio e patronímico, no melhor estilo medieval, e brincava com o nome e com as origens humildes, de que muito se orgulhava. “Sou Armindo de Sousa, dos Sousas, a mais antiga e importante família portuguesa”, proclamava solenemente, para logo em seguida esclarecer, orgulhoso e sorridente, que o brasão da família era uma enxada.

* Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História. Professor Associado com Agregação.

¹ Escrevi este artigo há bastante mais de três anos, por solicitação dos responsáveis pela revista “Estudos Medievais”. Como nunca mais me foi dada por eles qualquer informação, publico-o na revista do Departamento a que o evocado pertencia. Estas linhas, redigidas em cima do desaparecimento do meu amigo e professor, são reproduzidas como foram escritas à primeira. Remeto para uma outra evocação, recentemente dada à estampa por José Marques: *Armindo de Sousa (1942-1998)*, “Anais – Série História”, revista da Universidade Autónoma de Lisboa, 5-6 (2000-2001), p. 249-253.

Concluiu com distinção os estudos secundários no Colégio de Singeverga (Roriz, Santo Tirso), em 1960. Em 1965 terminou, com “Bom”, o Curso de Teologia no Seminário Maior da Diocese do Porto. Sei pouco sobre a etapa seguinte da sua vida: foi padre durante cerca de sete anos. Considerava quer o curso de Teologia quer esse período de sacerdócio como fundamentais no seu percurso; nunca os omitiu, antes se referia frequentemente a eles, por exemplo nas aulas, com a tranquilidade de quem vivia em paz com o seu passado. A formação adquirida no Seminário Maior do Porto era-lhe particularmente útil quando pensava a cultura medieval.

Depois entendeu pedir dispensa do sacerdócio. Houve colegas e amigos que o fizeram pela mesma altura; e aconteceu que um ou outro terão invocado “motivos de exigência intelectual”. Quando ele se apresentou ao bispo para formular a sua pretensão, este trovejou: “Você também quer sair ‘por exigência intelectual?’” Convém dizer que o prelado que assim se indignava tinha por nome D. António Ferreira Gomes. O meu professor respondeu singelamente que não, apenas queria casar e ter filhos, formar uma família. Assim aconteceu.

Entretanto cursou História na Faculdade de Letras do Porto: em 1974 obteve o bacharelato, com média de 16 valores, e no ano seguinte a Licenciatura, com média de 17 valores.

No plano profissional, foi professor eventual do Liceu Alexandre Herculano, no Porto, entre 1967 e 1971; do Grande Colégio Universal do Porto entre 1971 e 1975; da Escola de Educadoras de Infância “Santa Mafalda” entre 1974 e 1979. Entrou como assistente para a Faculdade de Letras do Porto em 1975, e como Professor Convidado para a Universidade Portucalense “Infante D. Henrique” em 1991. Nos ensinamentos preparatório e secundário leccionou “Moral”, “História”, “História e Geografia”, “Psicologia e Filosofia”. Na Escola de Educadoras leccionou “Introdução à Sociologia”, “Sociologia da Educação” e “Psicologia do Desenvolvimento”; na Universidade Portucalense “Infante D. Henrique”, “Antropologia Cultural”.

Na Faculdade de Letras do Porto, exerceu o seguinte serviço docente: Monitor de “Arqueologia de Campo e Técnicas Laboratoriais” (1974-75); regente de “Pré-História Geral I” (1975-76); de “História da Cultura I - Grécia e Roma” (1976-78); de “História da Cultura Portuguesa - Época Medieval” (1977-78), de “História Cultural e das Mentalidades (Séculos III-XIV)” (1978-88)². A partir de 1988, a cadeira mudou de nome: passou a ser “Cultura e Mentalidades na Época Medieval”, e leccionou-a até Dezembro de 1997. Entre 1979 e 1981 deu as aulas práticas de “Paleografia e Diplomática”. No Mestrado de História Medieval, foi responsável por uma disciplina, “Crítica Textual”, e um seminário, “Assembleias Representativas Medievais”. Orientou uma tese de doutoramento e cinco de mestrado, três das quais defendidas publicamente e aprovadas com a classificação máxima. Participou em seis júris de mestrado e em dois de doutoramento³.

Quereria destacar, por fim, as actividades que desempenhou na Faculdade, não por dever de inventário mas porque ele sempre as entendeu e referiu como prestigiantes e enriquecedoras: foi eleito dirigente da Pró-Associação dos Estudantes de Letras em 1970-71; membro do Coral de Letras de 1970 a 1974; representante dos docentes de História no Conselho Pedagógico em 1976-77, vice-presidente do Conselho Científico em 1990-92. Sobretudo pertenceu à Assembleia de Representantes da Faculdade desde a respectiva criação, em 1976,

² Teve, durante esta década, algumas dispensas de serviço para trabalhar no seu doutoramento. Nesses anos a cadeira foi assegurada por mim.

³ Estou a seguir o seu curriculum, actualizado até Junho de 1996. Não sei se, depois disso, foi membro de mais algum júri.

tendo sido sucessivamente eleito Presidente da respectiva Mesa de 1976 a 1981 e de 1982 a 1990. E hoje, em cada reunião mais ‘animada’, sentimos a falta da sua mestria na condução de assembleias, quer pela inteligência e pelo bom senso, quer pelo domínio do articulado processual que as rege.

DATAS E FACTOS DE UMA VIDA

Para apreciarmos com justiça a sua obra científica e a sua actividade docente, creio que deveremos recordar alguns factos. Armindo de Sousa não começou cedo a sua carreira docente universitária: tinha 34 anos. Nem terá começado no sítio certo, uma vez que o seu primeiro domínio de docência e investigação foi a arqueologia. Que abandonou depois, comentando: “As investigações arqueológicas, graças às quais é suposto os homens e as sociedades serem revelados em toda a pureza rude e telúrica das origens, atraíam-me como uma sedução. Romantismo dos princípios? Com efeito. Mas um romantismo efémero. Os homens e sociedades ancestrais, reduzidos a marcas sedimentárias, falam muito pouco de si e do seu mundo – dos seus valores, inquietações, atitudes, projectos e utopias. A Arqueologia, não obstante o aparato do seu grande instrumental científico, recusava-se a tocar a música que me convinha. Porque aquilo que eu desejava saber era a história da cultura e das mentalidades colectivas”.⁴ ‘Chegado’ à Idade Média, andou mais algum tempo à procura de tema: “Foram-me sugeridos diversos, todos da área da história da cultura intelectual e tendo por objecto ordens religiosas e casas monásticas e conventuais. Não me agradava o objecto nem a área. Ao fim de um ano de arquivo na busca dos dominicanos do Porto, desisti. A antiga inclinação para o estudo das sociedades de homens rudes, o povo, e o interesse pela cultura em acepção sociológica desaconselhavam aquela via: não se pode investigar um tema que não agrada.”⁵ Só no final do ano lectivo de 1979-80, se decidi pelo estudo das cortes medievais. Tinha praticamente quarenta anos, e andou nisso mais sete.

O seu projecto inicial era estudar “O Imaginário dos Povos através dos capítulos de Cortes”. Contava perder pouco tempo com um breve enquadramento institucional, uma vez que, como do lado lhe repetiam, “sobre cortes já está tudo dito”. Verificou que não estava; que havia enormes lacunas e incontáveis erros ou equívocos. Quase se esgotou no estudo factológico e institucional das cortes. De modo que produziu dois volumes (“A Instituição” e “Os Textos”), e nunca chegou a concretizar o terceiro, com que sonhava, sobre “O Imaginário dos Povos”. Pessoalmente considero a sua tese notável, pela forma excepcionalmente inteligente e inovadora como interpretou uma instituição e os seus textos, pela rigorosa aplicação dos contributos da pragmática, da semântica e da análise do discurso aos textos parlamentares, isto num terreno absolutamente tomado por visões jurisdicistas ou por concepções biológicas das instituições⁶. O seu inventário de reuniões de cortes parece-me quase definitivo, e o seu catálogo dos textos, com lapsos e omissões de pormenor, sólido e exaustivo. Referindo-se muitas vezes aos *capítulos especiais*, entendeu que não devia tratá-los autonomamente, na tese. Em defesa da sua posição, explicava que enquanto os *capítulos gerais* eram a essência das cortes, os *especiais*, independentemente da sua riqueza

⁴ *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, p. 9.

⁵ *Obra citada*, p. 10.

⁶ “Pressupõe-se [nesta tese] – escrevia, a concluí-la - o abandono de postulados jusnaturalistas a respeito do estudo das instituições e faz-se deslizar o centro das análises para a vertente político-social delas, desamarrando as atenções da obsessão jurídica dos autores consagrados” (Vol. I, p. 557).

como fontes, não o eram; podiam ser apresentados fora dessas assembleias (e eram-no com frequência), e todo o processo negocial e discursivo era distinto. Creio que é difícil de contestar o seu ponto de vista.

Esgotado pela tese, com 47 anos, foi convidado por José Mattoso para redigir, para a *História de Portugal* do Círculo de Leitores, a parte do 2º volume que compreendia os anos entre 1325 e 1380. Foram 250 páginas que lhe levaram o melhor dos anos seguintes. Estudou noite e dia, redigiu versões sucessivas. Com uma ou outra excepção (o “Expresso” falou na “descoberta de um prosador, Armindo de Sousa”), a sua contribuição foi passada em silêncio ou até pontualmente depreciada. Não posso deixar de manifestar aqui a minha opinião, que é, em grande medida, semelhante à que me confiou muitas vezes. A questão punha-se em aceitar ou não o convite que lhe foi feito: tinha todas as razões para o fazer. A estima pessoal por quem o convidava, o fôlego previsto para a obra, os seus quase cinquenta anos que aconselhavam a que investisse o tempo em trabalhos de fundo e não em comunicações pontuais e dispersas. Aceite o desafio, tinha que integrar-se no espírito da obra. Que José Mattoso explicou: “Não pretendemos produzir textos de consulta onde se acumulem dados e se registem com detalhe e sob forma quase enciclopédica as mais variadas questões, mas tentar novas sínteses de teor francamente interpretativo, tomando cada período como um todo.” Somos livres de discordar deste programa. Mas não podemos pretender que um historiador, tendo-o aceite, o desrespeitasse depois. Os seus capítulos nunca poderiam seguir a sequência expositiva clássica.

Mais: para sua satisfação mas também seu embaraço, Armindo de Sousa sentou-se à secretária tendo ao lado, acabado de sair, o primeiro volume publicado da “Nova História de Portugal” da Presença, precisamente o *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, de Oliveira Marques. Em privado e em público nunca se cansou de elogiar este livro, de mostrar a sua profunda admiração científica pelo trabalho (e, já agora, pelo autor), bem como de recomendar a alunos, a mestrandos, a amigos, a respectiva consulta. Mas explicava que o livro de Oliveira Marques lhe criara um problema suplementar: a extrema dificuldade de escrever coisas diferentes, cientificamente estimulantes e pertinentes, sobre uma cronologia que aquele autor tratara de forma tão conseguida. Houve-se do seguinte modo: redigiu um primeiro capítulo sobre “Condicionamentos Básicos”, um último sobre “Realizações” (a conjuntura, se quisermos), e investiu o melhor da sua formação e das suas propostas no segundo: “A Socialidade (estruturas, grupos e motivações)”. Neste, e só neste, reivindicava a originalidade da sua contribuição. Não é um capítulo fácil de ler, que ele nunca aspirou a tal, nem nas aulas, nem no que escrevia. Mas é, para mim, uma síntese única de história social e das atitudes colectivas da Idade Média tardia portuguesa. Se não lhe trouxe o reconhecimento da comunidade científica a que, a meu ver, tinha mais do que direito, deu-lhe felizmente uma compensação material que lhe afastou de vez o seu grande fantasma: não poder acorrer a qualquer necessidade inesperada da família, não ter condições para dar a melhor educação aos filhos.

Armindo de Sousa dispersou-se muito pouco na sua investigação. Quase não participava em colóquios ou em iniciativas pontuais, recusava sistematicamente os convites. Fazia-o não tanto por estratégia profissional, mas mais pela sua fortíssima vontade de estar junto da família. Essa opção, que sempre respeitei profundamente, teve os seus ‘espinhos’: dificilmente se integrava nos nossos projectos colectivos, faltou a um sem número de reuniões e de encontros científicos em que prometera comparecer, deixava quase sempre sem resposta pedidos de ajuda ou de informação, e sem agradecimento trabalhos que lhe ofereciam.

Muito discutimos por causa disso. Balbuciava desculpas – “não tinha jeito para o social” –; eu respondia, irritado, que responder a cartas e agradecer ofertas não era “social”, era uma questão de boa educação... e ambos sabíamos que ele era assim e não havia volta a dar. Mas nunca cultivou imagem de misantropo, porque não o era; apreciava como poucos o convívio, os amigos, uma boa conversa, a boa mesa. Durante determinado ano lectivo, calhou coincidir na Faculdade, à hora de almoço, com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, seu professor, por quem nutria uma admiração sem limites (no que estava, felizmente, em numerosa companhia). Uma vez por semana iam comer os dois à Duvália. Algumas vezes fui convidado para os acompanhar, mas sempre recusei, porque sabia que aquele tempo era deles, não era meu. Sei que guardava desses encontros as mais felizes e luminosas recordações. Quem os conheceu aos dois percebe bem porquê.

Entretanto, mal saído da *História de Portugal*, meteu-se a outra empresa de vulto: a parte medieval da *História do Porto* dirigida por Oliveira Ramos: mais 150 páginas em letra apertada. E aqui permito-me um juízo mais assertivo, porque estou a falar do que sei: é tudo de grande qualidade - o rigor com que são realinhados os factos, corrigindo-se muitas imprecisões até aí consagradas, a riqueza das interpretações e das sínteses e o brilho da escrita - mas da escrita falo a seguir.

No meio destes trabalhos de maior alcance, foi produzindo outros de âmbito mais limitado. Destaco claramente dois: *A Morte de D. João I* e os *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV*. Por uma vez, creio que há algum consenso entre os medievalistas: trata-se de dois dos mais brilhantes títulos sobre história das mentalidades, e no segundo caso com uma dimensão social. Os *Conflitos* foram projectados para quatro capítulos; o que está publicado é o primeiro; disse-me que os outros três estavam prontos, faltava acertar as notas. Julgo que terá incluído grande parte das ideias na *História da Cidade do Porto*.⁷

E com isto chegava aos 54 anos. Pediu uma licença sabática para preparar a agregação. Refugiou-se na sua vivenda do Mindelo – e gastou o ano a tentar recuperar do cansaço da tese, da *História de Portugal*, da *História do Porto*. Leu muito (usava sempre o verbo “estudar”), tratou do seu jardim, conviveu com a família e os amigos próximos. Faltaram-lhe as forças para preparar as suas últimas provas públicas como desejava; e a agregação não atingiu o brilho que legitimamente ele e nós esperaríamos: não teve tempo de escrever o relatório da cadeira como podia e sabia, proferiu uma lição baseada num trabalhoso tratamento de fontes do qual não pôde tirar o máximo partido, e para um dos membros do júri convidados, o Professor Pérez-Prendes, não terá ficado totalmente claro que devia arguir o *curriculum vitae* e não o programa da cadeira. Por isso o diálogo entre os dois não foi tão rico como podia ter sido. Armindo de Sousa foi naturalmente o primeiro a ficar frustrado com as suas provas de agregação. Não faz sentido estar a atribuir responsabilidades: a sequência da sua carreira e da sua vida, que procurei resumir, explicam que dificilmente as coisas poderiam ter corrido de outro modo.

Quero agora falar sobre outro aspecto que divide as opiniões: o seu estilo de escrita. Começo com uma constatação: nas numerosas páginas que escreveu, ninguém lhe encontrará nunca uma incorrecção ortográfica e sintáctica. Porque sabia escrever, em primeiro lugar, e porque, em segundo, nunca confiou na inspiração e sempre apostou no esforço: escrevia e corrigia interminavelmente, rasgava capítulos inteiros que muitos de nós se orgu-

⁷ Chamo ainda a atenção para o seu primeiro trabalho em História Medieval, *O Mosteiro de Santo Tirso no século XV*, em que todas as qualidades de Armindo de Sousa como historiador são desde logo perceptíveis.

lhariam de assinar e começava de novo. Tinha o maior cuidado com o aspecto formal da sua produção científica. Não imagino como lhe sairia a prosa à primeira: as comunicações que lhe ouvi, mesmo em versões provisórias, eram já o produto de muitos e muitos ensaios. Já que não lhe posso copiar o talento, procuro seguir essa forma de trabalhar e recomendá-la aos investigadores mais jovens.

Fica a parte de apreciação subjectiva: o estilo. Armindo de Sousa movia-se num terreno perigoso, trabalhando tanto a sua redacção que tocava, por vezes, os limites do barroco, arriscando-se a que o brilho e a complexidade da forma nos distraíssem do conteúdo. Alguns amigos e colegas do ofício consideravam-no, por isso, ocasionalmente prolixo ou, muito simplesmente, não eram particulares entusiastas do seu estilo de escrever. Eu, que partilho a sua obsessão pela correcção e a elegância formais da escrita, e que me esforço cada vez mais por atingir uma forma tão simples e depurada quanto possível, admiro profundamente o seu estilo e penso mesmo que, frequentemente, atinge o brilhantismo.

A dificuldade dos exemplos reside apenas na escolha; começava assim o seu resumo do reinado de D. Afonso V: “É da psicologia que todo o adulto carrega aos ombros para bem e para mal uma infância decisiva. Os reis também. D. Afonso V, nascido em Sintra a 15 de Janeiro de 1432, teve uma infância que não foi carga leveira. Órfão de pai aos 6 anos e praticamente de mãe aos 7, separado dos irmãos, menino-coisa disputada, comeu o pão da instabilidade afectiva. Que edificio firme e coeso podia ele fazer de si? Que modelo disponível de pai podia ele fixar? Um tio “algoz” da mãe e sogro estipulado? Um qualquer preceptor humanista que lhe declinasse o *rosa rosae* das emoções?”. E acabou deste modo: “De desaire em desaire, curiosíssima batalha de Toro incluída, humilhante digressão pela França finalizando, abdicção do trono até, D. Afonso V acaba por ser um rei sem nada, perplexo, interrogando-se mesmo sobre o sentido da sua gesta africana. E decide, ainda dentro dos seus horizontes grandiosos e ultrapassados, deixar tudo e fazer-se eremita na Terra Santa. Mas foi contrariado pelo monarca francês e restituído a Portugal. Não será eremita na Terra Santa, mas frade num qualquer humilde convento, promete. Afinal, continuou a ser o que o prosaico pragmatismo ordenava: rei de Portugal até morrer, em 1481, na vila de Sintra, círculo fechado, 49 anos de idade. Deve ter morrido sem entender que entre o mundo que imaginara e aquele em que realmente existira ia um abismo de séculos.”

Isto é, a meu ver, prosa de primeiríssima água e, já agora, história ao seu melhor; um reinado controverso sintetizado com humanidade, elegância e génio.

O DOCENTE

Como professor, deixou como legado uma cadeira prestigiada, a *Cultura e Mentalidades na Época Medieval*, uma tradição de extrema exigência intelectual, de total liberdade de pensamento, de orgulho por ser um docente universitário a dar lições a alunos universitários. Também de uma grande proximidade: os exemplos mais indigestos de S. Tomás de Aquino misturavam-se com episódios da sua vida pessoal e familiar; expunha-se muito. Durante muitos anos sentei-me na mesa a seu lado; gostava que o interrompesse, que suscitasse problemas, e aí dava largas à sua vasta cultura, à sua excelente preparação teórica, à sua inteligência e ao seu sentido de humor. As aulas eram uma festa. Ao contrário de muitos, sempre entendi que os alunos são, quase sempre, bons juízes. Quando souberam do seu falecimento, afixaram pela Faculdade pequenos dísticos, dizendo: “Armindo de Sousa. Um grande professor nunca se esquece.”

Se eu lhe perguntasse, de tudo o que deixou, o que lhe merecia um maior carinho, provavelmente avaliaria a sua obra escrita como eu o fiz. Mas sabia que tudo isso passa. O que ele tanto queria que ficasse, e ficou, dando sentido à sua vida e vida ao que ele tinha de melhor, foram a Eugénia, de 21 anos, o Armindo, de 18, e o Henrique, de 10⁸.

ESTUDOS QUE PUBLICOU EM VIDA

1. *A cerâmica da Gandra – Esposende*, “Portugália” (nova série), 2/3 (1981-82), p. 41-64.
2. *O Mosteiro de Santo Tirso no século XV*, “Estudos Medievais”, 1(1981), p. 95-156.
3. *As Cortes de Leiria Santarém de 1433*, “Estudos Medievais”, 2(1982), p. 71-224.
4. *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV*, “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 2ª série, 1(1983), p. 9-103.
5. *As Cortes de Évora de 1435*, “Estudos Medievais”, 3/4(1983-84), p. 131-150.
6. *A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)*, “Lucerna”, (número de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão), 1984, p. 417-487.
7. *O Discurso político dos concelhos nas cortes de 1385*, “Revista da Faculdade de Letras - História”, 2ª série, 2(1985), p. 9-44.
8. *O Parlamento na época de D. João II (I - D. João II e o parlamento; II - Os descobrimentos no parlamento)*, in “Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época - Actas”, Vol. 1, Porto, 1989, p. 231-261.
9. *As cortes medievais portuguesas - panorama bibliográfico*, “Penélope”, 4 (1989), p. 139-155.
10. *A estratégia dos municípios no reinado de D. João II*, “Revista da Faculdade de Letras - História”, 2ª série, 6 (1989), p. 137-174.
11. *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, Porto, I.N.I.C.-C.H.U.P., 1990. 2 vol.
12. *Território português e representatividade parlamentar na Idade Média*, “Jornal de Letras” (20.02.1990), p. 21.
13. *A governação de Braga no século XV (história resumida de uma experiência fracassada)*, in “IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas”, Vol. II/1, 1990, p. 589-616.
14. *O parlamento medieval - perspectivas novas*, “Revista da Faculdade de Letras - História”, 2ª série, 7 (1990), p. 47-58.
15. *O discurso do Algarve nas cortes do século XV*, “Cadernos Históricos”, Lagos, 3 (1992), p. 9-27.
16. *A monarquia feudal (1325-1480)*, in “História de Portugal”, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, Vol. 2, p. 310-556. Esta obra também foi publicada pela Editorial Estampa.
17. *Os bispos do Porto e o poder central na Idade Média*, in “Henrique, o Navegador”, Porto, 1994, p. 75-78.
18. *Tempos Medievais*, in “História do Porto”, dir. de Luís A. Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, p. 119-253.
19. *Os cronistas e o imaginário no século XV (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)*, “Revista de Ciências Históricas”, 9 (1994), p. 43-47.
20. *Imaginário e real na Idade Média*, “Anomalia”, 2 (1994), p. 9-21.
21. *Portugal*, in *The New Cambridge Medieval History*, vol. 7 (c. 1415 - c. 1500), dir. por Christopher Allmand, Cambridge, 1998.
22. *Benedictinos e Mendicantes em Portugal nos finais da Idade Média (uma questão de prestígio)*, in *Actas do Ciclo de Conferências integrado nas Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Porto, Arquivo Distrital do Porto, 1997, p. 153-152.

ESTUDOS COM PUBLICAÇÃO PÓSTUMA

1. *Estado e Comunidade - representação e resistências*. Palestra proferida na Universidade Autónoma de Lisboa, em 14 de Maio de 1997; publicado em *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (sécs. XIII-XV)*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís Carvalho Homem, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, p. 293-313.
2. *Fronteira e representação parlamentar na Idade Média Portuguesa*, in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. As relações de fronteira no século de Alcañices. Actas, Vol. 1, Porto, 1998, p. 53-61.⁹

⁸ Era a idade dos seus filhos à data do desaparecimento de Armindo de Sousa.

⁹ Tomámos a decisão de publicar este trabalho a partir da sua versão manuscrita. Remeto para as considerações que deixei, em nota, nessas Actas.

TRABALHOS INÉDITOS

1. *As Cortes Portuguesas - D. João II e D. Manuel* (texto lido no “Encontro sobre as transformações na sociedade portuguesa (1480-1570)”, promovido pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna (18 a 21 de Novembro de 1996).
2. Lição de Agregação, proferida em Março de 1997, versando sobre *Os valores dos Povos segundo os capítulos gerais de Cortes*.

Estes textos existem numa versão provisória, sem anotações. A Universidade do Porto está a preparar a publicação integral dos seus estudos.